



FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanço patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do superávit/ (déficit) do exercício

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
RELATÓRIO MG - 2017/079**

**Aos Administradores do
FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA**
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (NBC ITG 2002 R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a

Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as

correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 31 de março de 2017.



Gilberto Galinkin
Contador CRC MG - 035.718/O-8
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1



Cristina Braga de Oliveira
Contadora CRC MG - 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC MG - 005.455/O-1

www.bakertillybrasil.com.br



Rua Santa Rita Durão, 852 – 2º andar – Bairro Funcionários
CEP: 30140-111 – Belo Horizonte, MG – Tel.:(31)3118-7800 e Fax:(31)3118-7816



FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA

Balança patrimonial

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

ATIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	7.203	269.490
Créditos	1.726	-
Despesas Antecipadas	486	507
Total do ativo circulante	<u>9.415</u>	<u>269.997</u>
NÃO CIRCULANTE		
PERMANENTE		
Imobilizado (nota 4)	<u>124.362</u>	<u>77.626</u>
Total do ativo não circulante	<u>124.362</u>	<u>77.626</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>133.777</u>	<u>347.623</u>

FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

PASSIVO	2016	2015
CIRCULANTE		
Obrigações tributárias (nota 5)	2.835	-
Provisões de férias e encargos (nota 6)	9.859	8.069
DFC's a repassar (nota 7)	1.521	23.872
Total do passivo circulante	<u>14.215</u>	<u>31.941</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 8)		
Patrimônio social	315.682	156.425
Superávit (déficit) acumulados	<u>(196.120)</u>	<u>159.257</u>
Total do patrimônio líquido	119.562	315.682
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u><u>133.777</u></u>	<u><u>347.623</u></u>

FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA

Demonstração do Superávit (Déficit) do Exercício

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Subsídio do ChildFund Brasil (nota 09)	663.429	766.718
Subvenções/Doações recebidas (nota 09)	73.182	11.945
Isenção de tributos – INSS (nota 12)	70.965	70.426
Convênios STDS e SETRA (nota 09)	102.600	186.800
Trabalho voluntário (nota 14)	15.529	30.068
Receita resultado na baixa de imobilizado	3.353	11.746
Outras verbas	11.223	10.464
Receitas Financeiras	6.141	9.126
	<u>946.422</u>	<u>1.097.293</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal e encargos	(241.904)	(186.202)
Despesas com materiais diversos	(427.113)	(278.928)
Serviços de terceiros	(355.900)	(329.435)
Contribuições sociais – INSS quota isenta (nota 12)	(70.965)	(70.426)
Trabalho voluntário (nota 14)	(15.529)	(30.068)
Despesas resultado na baixa de imobilizado	(4.794)	(15.141)
Despesas com depreciação	(16.486)	(11.016)
Despesas gerais	(5.339)	(12.268)
Despesas bancárias	(4.512)	(4.552)
	<u>(1.142.542)</u>	<u>(938.036)</u>
Déficit/Superávit do exercício	<u>(196.120)</u>	<u>159.257</u>

FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit (déficit) Acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	119.140	37.285	156.425
Incorporação ao Patrimônio Social	37.285	(37.285)	-
Superávit (déficit) do exercício		159.257	159.257
Saldos em 31 de dezembro de 2015	156.425	159.257	315.682
Incorporação ao Patrimônio Social	159.257	(159.257)	-
Superávit (déficit) do exercício		(196.120)	(196.120)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	315.682	(196.120)	119.562

FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Valores expressos em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Superávit (déficit) do exercício	(196.120)	159.257
Depreciação	16.486	11.016
Baixa líquida de ativos do imobilizado	1.441	2.895
	<u>(178.193)</u>	<u>173.168</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Despesas antecipadas	20	54
Créditos	(1.726)	1.283
	<u>(1.706)</u>	<u>1.337</u>
(Redução) nos passivos:		
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.835	(369)
Provisões de férias e encargos	1.790	3.172
DFCS a repassar	(22.351)	14.046
	<u>(17.726)</u>	<u>16.849</u>
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS (UTILIZADOS NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(197.625)	191.354
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições do imobilizado	<u>(64.661)</u>	<u>(32.497)</u>
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(64.661)	(32.497)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(262.287)</u>	<u>158.857</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	269.490	110.633
Caixa e equivalente no final do exercício	7.203	269.490
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(262.287)</u>	<u>158.857</u>

FRENTE BENEFICENTE PARA CRIANÇA

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2016
(Valores expressos em reais)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A ENTIDADE

A Frente Beneficente Para Criança (“Entidade”) é uma Sociedade Civil, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, regida por estatuto social e legislação aplicável. Tem por finalidade a educação infantil, e a prestação de serviço de assistência social. Atua na área de assistência social as famílias do Bairro Aerolândia, no Município de Fortaleza – CE.

A Entidade é mantida pelo sistema de apadrinhamento do ChildFund Brasil e de doações especiais de grupos de pessoas e empresas. É administrada por uma diretoria eleita, por um Conselho Fiscal com o mandato de 02 (dois) anos, formado por membros da comunidade.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). A Entidade esta sujeita ainda à observância da Norma Brasileira de Contabilidade, NBC ITG 2002 R1 Entidade sem finalidade de lucros do Conselho Federal de Contabilidade.

a. Receitas e despesas

As receitas oriundas de doações, subvenções e contribuições são registradas conforme determina a NBC ITG 2002 R1 (Entidades Sem Finalidades de Lucros), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e despesas necessárias à manutenção de suas atividades são registradas pelo regime contábil da competência. As receitas de doações, subvenções e contribuições, recebidas para aplicação específica, mediante constituição ou não de fundos, são registradas em contas próprias, segregadas das demais contas da Entidade.

b. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Entidade considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

d. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

A Entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada oportunamente e ajustada se necessário.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do superávit (déficit) no exercício em que o ativo for baixado.

e. Reconhecimento dos trabalhos voluntários

Os trabalhos voluntários (receitas e despesas), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, são reconhecidos pelo valor justo da prestação dos serviços como se tivessem ocorrido os desembolsos financeiros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A posição de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	670	122
Bancos	(4)	89.020
Aplicações financeiras	6.537	180.348
Total	<u>7.203</u>	<u>269.490</u>

As aplicações financeiras referem-se a caderneta de Poupança e Aplicações de Renda Fixa, atualizadas pelo índices oficiais.

4. IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado, em 31 de dezembro, estava assim representada:

	Taxa de depreciação ao ano %	2016	2015
Terrenos			-
Edificações	4%	40.694	40.694
Máquinas e equipamentos	10%	55.757	38.299
Móveis e utensílios	10%	73.577	41.623
Equipamentos de informática	20%	40.220	29.764
		<u>210.248</u>	<u>150.380</u>
Depreciação acumulada		<u>(85.886)</u>	<u>(72.754)</u>
		<u>124.362</u>	<u>77.626</u>

A Entidade não alterou a forma de utilização do seu imobilizado, progresso tecnológico e mudanças nos preços de mercado que indicassem que o valor residual ou vida útil dos ativos necessitassem de modificação.

A movimentação do ativo imobilizado durante 2016 e 2015 é como segue:

	Terrenos	Edific. e Inst.	Móv. e Utens.	Máq. e Equip.	Equip. de Inf.	Total
<u>Custo</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	40.694	37.173	27.767	27.391	133.025
Adições	-	-	10.022	13.465	9.010	32.497
Baixas	-	-	(5.572)	(2.933)	(6.636)	(15.141)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	40.694	41.623	38.299	29.765	150.381
Adições	-	-	34.788	17.586	12.287	64.661
Baixas	-	-	(2.834)	(129)	(1.831)	(4.794)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		40.694	73.577	55.756	40.221	210.248

	Edific. e Inst.	Móv. e utensílios	Máq. e Equip.	Equip. de Inf.	Total
<u>Depreciação</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(22.382)	(15.788)	(14.413)	(21.400)	(73.983)
Adições	(1.628)	(3.416)	(2.932)	(2.540)	(10.516)
Baixas		2.804	2.423	6.519	11.746
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(24.010)	(16.400)	(14.922)	(17.421)	(72.753)
Adições	(1.628)	(5.558)	(4.656)	(4.644)	(16.486)
Baixas		1.596	121	1.636	3.353
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(25.638)	(20.362)	(19.457)	(20.429)	(85.886)

5. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Obrigações trabalhistas e tributárias apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários a Pagar	1.685	-
FGTS a Recolher	231	-
PIS s/Folha a Pagar	60	-
INSS a Pagar	156	-
INSS retido na fonte pessoa física	141	-
RPA a pagar	562	-
	<u>2.835</u>	<u>-</u>

6. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS

Provisão de férias e encargos apresentam a seguinte composição, em 31 de dezembro:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão para férias	9.045	7.402
FGTS sobre férias	724	592
PIS sobre férias	90	75
	<u>9.859</u>	<u>8.069</u>

7. DFC'S (DESIGNATED FUND CERTIFICATE) A REPASSAR

A Entidade recebeu do ChildFund Brasil valores de DFC's, presentes de padrinhos destinados à crianças (afilhados), os quais foram contabilizados em conta patrimonial do passivo circulante, conforme a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo no início do exercício	23.872	9.826
DFC's recebidos destinados às Crianças	140.898	126.007
DFC's repassados às Crianças	(163.249)	(111.961)
Saldo ao final do exercício	<u>1.521</u>	<u>23.872</u>

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica "Superávit/Déficit acumulado" e são transferidos para a conta de Patrimônio Social após a aprovação da administração. Em 2016, foi aprovada pela administração a incorporação do superávit no montante de R\$ 159.257 referente ao resultado apurado em 2015 (superávit de R\$ 37.285 em 2015 referente ao resultado apurado em 2014).

O déficit apurado em 2016 no valor de R\$ (196.120) será objeto de provação para incorporação no exercício seguinte.

9. DOAÇÕES E SUBVENÇÕES

A Entidade recebeu doações e subvenções durante o exercício registradas em contas de receita da seguinte forma:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Subsídio do ChildFund Brasil	663.429	766.718
Outras Receitas	73.182	11.945
Convênios STDS e SETRA	102.600	186.800
	<u>839.211</u>	<u>965.463</u>

10. GRATUIDADES

As gratuidades oferecidas à comunidade carente são registradas de forma segregada por Custos e Despesas, excetuando-se as despesas com depreciação e Contribuições sociais - INSS Quota isenta, estando suportadas por documentação hábil.

Em atendimento ao disposto no Decreto nº 8242/2014 e Resolução nº 188, de 20 de outubro de 2005, a Entidade, no ano de 2016, concedeu gratuidades no montante de R\$ 1.055.091 (R\$ 856.594 em 2015), conforme demonstrado a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Despesas operacionais	1.142.542	938.036
Isenção de INSS	(70.965)	(70.426)
Despesas com depreciação	(16.486)	(11.016)
Gratuidades	<u>1.055.091</u>	<u>856.594</u>

11. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2016, a Entidade mantinha cobertura de seguros para os seus bens em montante considerado pela administração suficiente para cobrir eventuais sinistros. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração.

12. ISENÇÕES DE TRIBUTOS - INSS

A isenção das contribuições sociais, usufruídas no ano de 2016, em função da entidade possuir certificado de entidade de fins filantrópicos, está registrada em contas de resultado e totalizou R\$ 70.965 (R\$ 70.426 em 2015).

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2016, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- ▶ Caixa e equivalentes de caixa - está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

14. TRABALHO VOLUNTARIADO

São basicamente divididos em dois grupos, Governança, e Grupos de trabalho. Na Governança são classificados os trabalhos voluntários do Conselho Administração e Fiscal. Nos Grupos de trabalho são classificados os demais voluntários. Os trabalhos voluntários do Grupo Governança e grupo de trabalho foram mensurados com base nos valores praticados por esses profissionais no mercado.

Governança

Descrição	2016	2015
Quantidade de horas	278	940
Valor h/h	23,21	23,21
Valor total - R\$	6.451	21.815

Grupo de trabalho

Descrição	2016	2015
Quantidade de horas	1.982	1.800
Valor h/h	4,58	4,58
Valor total - R\$	9.078	8.253

Total	15.529	30.068
--------------	---------------	---------------

* * * * *